

Inclusão digital no Brasil é feita pela metade, mostra pesquisa

ELIANE GONÇALVES - REPÓRTER DA RADIOAGÊNCIA NACIONAL

Publicado em 09/07/2026 - 08:48



“Existe um muro aqui” diz Ana Cláudia Miguel, enquanto aponta na direção da Rua do Moinho, que separa a comunidade do Pilar de um dos maiores polos de tecnologia do país, o Porto Digital, no coração do Recife Antigo.

“Existia um arco que era a divisão desse pedaço com o bairro. Mesmo o muro sendo derrubado, ainda existe essa barreira”. O muro, construído por holandeses na capital pernambucana no século 17, foi demolido no final do século 19. Mais de 100 anos depois, Ana Cláudia, líder comunitária da única área residencial do Recife Antigo, explica como a barreira que já foi de pedra, agora é de bytes:

“A gente mora no polo tecnológico, mas tem um déficit de tecnologia”, explica Ana Cláudia.

O Pilar é uma comunidade de baixa renda que nasceu com a ocupação das ruínas do Recife Antigo por quem não tinha onde morar, ou tinha e foi expulso de outros cantos da cidade. Nos quase 600 domicílios do Pilar vivem famílias majoritariamente negras (73%), chefiadas por mulheres (76%), onde o trabalho informal é a principal fonte de renda (74%) e a remuneração média não passa de um salário mínimo e meio, segundo pesquisa feita em 2023 pela própria comunidade, com o apoio da Universidade das Nações Unidas.



Ana Cláudia Miguel, líder comunitária da Comunidade do Pilar, no Recife Antigo, diz que barreira, que já foi de pedra, agora é de bytes. Foto Eliane Gonçalves/Divulgação

Atravessando a rua, fica o Porto Digital, endereço de mais de 500 empresas de tecnologia que, em 2025, faturaram R\$ 7,4 bilhões. Pierre Lucena, presidente do Porto Digital, explica o que é essa espécie de vale do silício brasileiro: “Somos uma plataforma de inovação”, diz. “Aqui, a gente tem seis incubadoras aceleradoras, públicas e privadas, uma faculdade própria, um conjunto de universidades parceiras e mais de 500 empresas”.

A disparidade tecnológica dos dois lados da rua escancara o desafio que o Brasil precisa enfrentar para garantir inclusão digital de qualidade.

O percentual de pessoas que usam a internet no Brasil chegou a 90,5% em 2025, índice que vem crescendo ano após ano. Em 2019, não chegava a 80%. Mas a qualidade do acesso é desigual. Enquanto 86% dos domicílios têm banda larga fixa e móvel ao mesmo tempo, 10,7% dependem exclusivamente dos dados da telefonia móvel para conseguir acessar bancos, serviços públicos, estudar, trabalhar e se comunicar. A grande maioria, 59,2% dos domicílios, não tem computadores ou tablets. Os dados estão na PNAD-TIC 2026, o capítulo de Tecnologia, Informação e Comunicação, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“As pessoas deixam de ter computador e internet fixa em casa porque é caro e elas acessam a internet por planos de telefonia móvel com uma quantidade limitada de dados que podem utilizar por mês, explica Flávia Lefrève, advogada, especialista em telecomunicações e direitos digitais. Geralmente, uma franquia baixa, que não passa de 100 gigabytes por mês. A partir do momento em que a franquia acaba, o acesso à internet é bloqueado”.



Comunidade do Pilar, no Recife, vista do Complexo do Moinho, edifício modernizado para abrigar empresas de inovação tecnológica - Foto Eliane Gonçalves/ Divulgação

Flávia diz que esse tipo de limitação é ilegal, segundo o Marco Civil da Internet. As provedoras não podem interromper a internet, exceto em casos de inadimplência. Na prática, o serviço é suspenso e limita a cidadania:

“A grande maioria dos serviços públicos, por exemplo, você só faz pela internet: Bolsa Família, Enem, boletim de ocorrência, o imposto de renda. Tudo o que você faz hoje é pela internet. Então, para exercer a cidadania, precisa da internet. E o que acontece se você tem um plano limitado? Acabou a sua franquia, como é que vai se virar?”, questiona.

A rotina do Pilar ajuda a entender como a limitação vira exclusão. Em 2023, a comunidade passou a contar com o programa Pilar Universitário, que garante bolsas de estudos integrais nas faculdades do Senac [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial] para os moradores numa política de universalização sem restrições: “Qualquer pessoa do Pilar que queira e esteja apta a fazer um curso superior, pode escolher qual curso quer fazer”, diz Pierre Lucena.

Ainda que o estudante não precise se preocupar com a mensalidade, ainda resta o muro digital: “A internet que tem é do celular. E aí acabam os dados, como é que faz? Como é que se mantém na universidade?”, pergunta Ana Cláudia. “Hoje, a tecnologia da universidade é muito maior. A apresentação não é naquele papelzinho pautado. Hoje tem que fazer tudo digital. Então é preciso ter o mínimo de condição de poder permanecer”, conclui.

Sem laptop

Em 2024, Eurídize Lima de Santana, 23 anos, entrou no programa. Se matriculou no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Um ano e meio depois, trancou a faculdade. Eurídize não tinha o básico: um computador. “No primeiro semestre eu não senti tanta dificuldade em não ter um notebook, porque a gente ainda não fazia códigos. No segundo, comecei a sentir. E quando chegou no terceiro semestre, tranquei”, afirmou.



Eurídize Lima de Santana, 23 anos, moradora da comunidade do Pilar, no Recife Antigo, não conseguiu concluir a faculdade por não ter um computador em casa - Foto Eurídize Lima de Santana/ Arquivo pessoal

Segundo ela, um equipamento básico para quem trabalha com códigos custa, no mínimo, R\$ 3,5 mil. “Como a gente que é pobre, que ganha um salário mínimo, pode pensar em comprar um notebook? Como, se só tem o dinheiro pra sobreviver? Se a gente só pensa em pagar as contas de casa e comer?” pergunta.

Depois de trancar a faculdade, a jovem ainda tentou mudar de curso, mas foi informada que o programa não permitia uma segunda inscrição para alunos que trancaram a faculdade. Hoje ela estuda Gestão Financeira, na modalidade de Ensino à Distância (EaD), usando o celular e a franquia de dados do telefone e pagando mensalidade de R\$ 170.

Ana Cláudia diz que na comunidade, a inclusão digital pela metade é regra: “A gente tem empresa de robótica aqui dentro da ilha [o Recife Antigo], mas não tem nenhuma criança sabendo disso. A gente precisa ter internet na escola, precisa trabalhar com os jovens na tecnologia”.

Desconforto

Fabi Andrade é coordenadora de ESG do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar). A instituição de ensino e incubadora de empresas é uma das precursoras do Porto Digital e ocupa alguns andares do Complexo do Moinho, um edifício de mais de 100 anos que fica bem ao lado do Pilar. O prédio foi todo modernizado para acolher empresas de tecnologia:

“O projeto arquitetônico previa uma parede para que a gente não enxergasse a comunidade do Pilar”, explica Fabi. A proposta foi recusada e no lugar foi colocada uma parede de vidro que não deixa esquecer que a desigualdade é incômoda até para quem está do lado tecnológico do muro. “Incomoda muito porque estamos aqui trabalhando numa faculdade para educar pessoas em tecnologia, e não temos um único aluno da comunidade aqui do lado. Isso incomoda”, conclui Fabi.

“Esse contraste é real, há uma dívida real e uma forma ainda desorganizada de todos, inclusive nossa [do Porto Digital], para agir com soluções”, reconhece o presidente do Porto Digital, que sabe que os vizinhos vivem realidade parecida com a de muitas outras comunidades do país.

Ana Cláudia sabe que o impacto dessa inclusão digital pela metade tem custo alto: “a gente está perdendo os jovens na comunidade”. Questionada sobre o que significa perder os jovens, ela é direta: “Perdendo os jovens para o mundo ilícito, porque não se tem oportunidade”.

Sem neutralidade

Em 2025, pela primeira vez, mais de 90% dos brasileiros usaram a internet, segundo a PNAD-TIC, mas Flávia Lefrève chama a atenção para outro dado: o tipo de uso que tem sido feito da rede: “O uso principal que as pessoas fazem é de rede social. Por quê? Acabou a franquia, bloqueia o acesso à internet e a pessoa só acessa as aplicações da Meta: Instagram, Facebook e WhatsApp”.

Segundo a pesquisa, entre as pessoas que usaram a internet, mais de 95% usaram para conversar por chamadas de voz ou vídeo, mais de 90% para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens sem ser por e-mail e 85% para usar as redes sociais (84,9%). Todos os serviços são prestados pela empresa de Mark Zuckerberg.

Flávia explica que esse tipo de “oferta” também viola o Marco Civil da Internet: a neutralidade da rede, a regra que determina que os provedores não podem discriminar o tráfego de dados por origem, destino ou por tipo de aplicativo. “Uma medida fundamental para garantir que a internet continue aberta, democrática, que não haja discriminação”, diz Flávia. “A partir do momento em que o consumidor só tem acesso às aplicações da Meta, isso é quebra da neutralidade. Isso é muito cruel, porque esses planos atendem especialmente as pessoas das classes C, D e E”, conclui.

Em janeiro de 2023, a Coalizão de Direitos da Rede, que reúne organizações e ativistas, como Flávia Lefèvre, que atuam pelo direito à comunicação, abriu um processo administrativo na Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça questionando o bloqueio ao acesso à internet por parte das provedoras e a quebra da neutralidade da rede. Entramos em contato com o Ministério da Justiça questionando qual a situação desse processo, mas não houve resposta.